



#### Forma de fornecimento

8.2. O fornecimento do objeto será parcelado.

#### Exigências de habilitação

8.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

#### **Habilitação jurídica**

8.4. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.5. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.6. **Microempreendedor Individual – MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.7. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada – EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.8. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

8.9. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.10. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.



8.11. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

8.12. **Agricultor familiar:** Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021.

8.13. **Produtor Rural:** matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009 (arts. 17 a 19 e 165).

8.15. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

#### Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.16. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.17. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.18. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.19. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.20. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.21. Prova de regularidade com a Fazenda [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;



8.22. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.23. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

#### Qualificação Econômico-Financeira

8.24. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

8.25. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando;

8.25.1. Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

8.25.2. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

8.25.3. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

8.25.4. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital – ECD ao SPED.

8.26. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital mínimo de 10% (dez por cento) do valor total estimado da contratação.

8.27. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

8.28. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.



8.29. As empresas de pequeno porte e Microempreendedor Individual (MEI), por ocasião da participação em certames licitatórios, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição;

8.30. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.31. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

## 9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O custo estimado total da contratação é de **R\$ 271.775,67 (duzentos e setenta e um mil setecentos e setenta e cinco reais e sessenta e sete centavos)**, conforme custos apostos na tabela abaixo.

- Secretaria da Fazenda

(PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA DE MICROEMPRESA (ME) OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE (EPP)).					
ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
1	Açúcar Cristal Branco, acondicionado em embalagem plástica, transparente, lacrada, contendo as informações pertinentes ao produto, de acordo com a legislação em vigor, Prazo de validade mínimo: 12 meses, apresentação: pacote de 1 kg	Pacote	700	R\$ 5,68	R\$ 3.976,00
2	Adoçante dietético líquido CICLAMATO/SACARINA, límpido, transparente, frasco com bico dosador, apresentação: frasco de 100 ml, prazo de validade mínimo: 36 meses.	Frasco	100	R\$ 7,95	R\$ 795,00
3	Adoçante dietético líquido 100% STEVIA, frasco com bico dosador, apresentação: frasco de 80 ml, prazo de validade mínimo: 36 meses.	Frasco	100	R\$ 21,01	R\$ 2.101,00
<b>(COTA RESERVADA – DIFERENCIADA PARA ME/EPP/COOP (COTA 25%))</b>					
4	Café torrado e moído de primeira qualidade, nível mínimo de qualidade – NMQ * de no mínimo 6,0 (seis vírgula zero) pontos, tipo exportação, selo de pureza da associação brasileira da indústria do café – ABIC ou selo de pureza da associação brasileira das indústrias da alimentação – ABIA, embalado à vácuo, contendo na embalagem dados de identificação do produto, data de fabricação e validade, registrado no ministério da saúde, atender portaria Nº 451/97-MS, resolução 12/78 da comissão nacional de normas e padrões para alimentos – CNNPA, validade mínima de 1 (um) ano, pacote de 250g.	Pacote	200	R\$ 17,34	R\$ 3.468,00
<b>(COTA PRINCIPAL – AMPLA PARTICIPAÇÃO).</b>					
5	Café torrado e moído de primeira qualidade, nível mínimo de qualidade – NMQ * de no mínimo 6,0 (seis vírgula zero) pontos, tipo exportação, selo de pureza da associação brasileira da indústria do café – ABIC ou selo de pureza da associação brasileira das indústrias da alimentação – ABIA, embalado à vácuo, contendo na embalagem dados de identificação do produto, data de fabricação e validade, registrado no ministério da saúde, atender portaria Nº 451/97-MS, resolução 12/78 da comissão nacional de normas e padrões para alimentos – CNNPA, validade mínima de 1 (um) ano, pacote de 250g.	Pacote	600	R\$ 17,34	R\$ 10.404,00
<b>VALOR TOTAL</b>					<b>R\$ 20.744,00</b>



- Gabinete da Prefeita

(PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA DE MICROEMPRESA (ME) OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE (EPP)).					
ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
1	Açúcar Cristal Branco, acondicionado em embalagem plástica, transparente, lacrada, contendo as informações pertinentes ao produto, de acordo com a legislação em vigor, Prazo de validade mínimo: 12 meses, apresentação: pacote de 1 kg.	Pacote	800	R\$ 5,68	R\$ 4.544,00
2	Adoçante dietético líquido CICLAMATO/SACARINA, límpido, transparente, frasco com bico dosador, apresentação: frasco de 100 ml, prazo de validade mínimo: 36 meses.	Frasco	100	R\$ 7,95	R\$ 795,00
3	Adoçante dietético líquido 100% STEVIA, frasco com bico dosador, apresentação: frasco de 80 ml, prazo de validade mínimo: 36 meses.	Frasco	100	R\$ 21,01	R\$ 2.101,00
<b>(COTA RESERVADA – DIFERENCIADA PARA ME/EPP/COOP (COTA 25%))</b>					
4	Café torrado e moído de primeira qualidade, nível mínimo de qualidade – NMQ * de no mínimo 6,0 (seis vírgula zero) pontos, tipo exportação, selo de pureza da associação brasileira da indústria do café – ABIC ou selo de pureza da associação brasileira das indústrias da alimentação – ABIA, embalado à vácuo, contendo na embalagem dados de identificação do produto, data de fabricação e validade, registrado no ministério da saúde, atender portaria Nº 451/97-MS, resolução 12/78 da comissão nacional de normas e padrões para alimentos – CNNPA, validade mínima de 1 (um) ano, pacote de 250g.	Pacote	250	R\$ 17,34	R\$ 4.335,00
<b>(COTA PRINCIPAL – AMPLA PARTICIPAÇÃO).</b>					
5	Café torrado e moído de primeira qualidade, nível mínimo de qualidade – NMQ * de no mínimo 6,0 (seis vírgula zero) pontos, tipo exportação, selo de pureza da associação brasileira da indústria do café – ABIC ou selo de pureza da associação brasileira das indústrias da alimentação – ABIA, embalado à vácuo, contendo na embalagem dados de identificação do produto, data de fabricação e validade, registrado no ministério da saúde, atender portaria Nº 451/97-MS, resolução 12/78 da comissão nacional de normas e padrões para alimentos – CNNPA, validade mínima de 1 (um) ano, pacote de 250g.	Pacote	750	R\$ 17,34	R\$ 13.005,00
<b>VALOR TOTAL</b>					<b>R\$ 24.780,00</b>

- Secretaria de Saúde

(PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA DE MICROEMPRESA (ME) OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE (EPP)).					
ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
1	Açúcar Cristal Branco, acondicionado em embalagem plástica, transparente, lacrada, contendo as informações pertinentes ao produto, de acordo com a legislação em vigor, Prazo de validade mínimo: 12 meses, apresentação: pacote de 1 kg.	Pacote	2.000	R\$ 5,68	R\$ 11.360,00
2	Adoçante dietético líquido CICLAMATO/SACARINA, límpido, transparente, frasco com bico dosador, apresentação: frasco de 100 ml, prazo de validade mínimo: 36 meses.	Frasco	200	R\$ 7,95	R\$ 1.590,00
3	Adoçante dietético líquido 100% STEVIA, frasco com bico dosador, apresentação: frasco de 80 ml, prazo de validade mínimo: 36 meses.	Frasco	200	R\$ 21,01	R\$ 4.202,00
<b>(COTA RESERVADA – DIFERENCIADA PARA ME/EPP/COOP (COTA 25%))</b>					
4	Café torrado e moído de primeira qualidade, nível mínimo de qualidade – NMQ * de no mínimo 6,0 (seis vírgula zero) pontos, tipo exportação, selo de pureza da associação brasileira da indústria do café – ABIC ou selo de pureza da associação brasileira das indústrias da alimentação – ABIA, embalado à vácuo, contendo na embalagem dados de identificação do produto, data de fabricação e validade, registrado no ministério da saúde, atender portaria Nº 451/97-MS, resolução 12/78 da comissão nacional de normas e padrões para alimentos – CNNPA, validade mínima de 1 (um) ano, pacote de 250g.	Pacote	875	R\$ 17,34	R\$ 15.172,50
<b>(COTA PRINCIPAL – AMPLA PARTICIPAÇÃO).</b>					
5	Café torrado e moído de primeira qualidade, nível mínimo de qualidade – NMQ * de no mínimo 6,0 (seis vírgula zero) pontos, tipo exportação, selo de pureza da associação	Pacote	2.625	R\$ 17,34	R\$ 45.517,50



PREFEITURA DE  
**Cascavel**  
CE 1114



Agora cuidando de você.

brasileira da indústria do café – ABIC ou selo de pureza da associação brasileira das indústrias da alimentação – ABIA, embalado à vácuo, contendo na embalagem dados de identificação do produto, data de fabricação e validade, registrado no ministério da saúde, atender portaria Nº 451/97-MS, resolução 12/78 da comissão nacional de normas e padrões para alimentos – CNNPA, validade mínima de 1 (um) ano, pacote de 250g.				
<b>VALOR TOTAL</b>				<b>R\$ 77.842,00</b>

**- Secretaria do Desporto e da Juventude**

(PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA DE MICROEMPRESA (ME) OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE (EPP)).					
ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
1	Açúcar Cristal Branco, acondicionado em embalagem plástica, transparente, lacrada, contendo as informações pertinentes ao produto, de acordo com a legislação em vigor, Prazo de validade mínimo: 12 meses, apresentação: pacote de 1 kg.	Pacote	144	R\$ 5,68	R\$ 817,92
2	Adoçante dietético líquido CICLAMATO/SACARINA, límpido, transparente, frasco com bico dosador, apresentação: frasco de 100 ml, prazo de validade mínimo: 36 meses.	Frasco	2	R\$ 7,95	R\$ 15,90
3	Adoçante dietético líquido 100% STEVIA, frasco com bico dosador, apresentação: frasco de 80 ml, prazo de validade mínimo: 36 meses.	Frasco	12	R\$ 21,01	R\$ 252,12
<b>(COTA RESERVADA – DIFERENCIADA PARA ME/EPP/COOP (COTA 25%))</b>					
4	Café torrado e moído de primeira qualidade, nível mínimo de qualidade – NMQ * de no mínimo 6,0 (seis vírgula zero) pontos, tipo exportação, selo de pureza da associação brasileira da indústria do café – ABIC ou selo de pureza da associação brasileira das indústrias da alimentação – ABIA, embalado à vácuo, contendo na embalagem dados de identificação do produto, data de fabricação e validade, registrado no ministério da saúde, atender portaria Nº 451/97-MS, resolução 12/78 da comissão nacional de normas e padrões para alimentos – CNNPA, validade mínima de 1 (um) ano, pacote de 250g.	Pacote	37	R\$ 17,34	R\$ 641,58
<b>(COTA PRINCIPAL – AMPLA PARTICIPAÇÃO).</b>					
5	Café torrado e moído de primeira qualidade, nível mínimo de qualidade – NMQ * de no mínimo 6,0 (seis vírgula zero) pontos, tipo exportação, selo de pureza da associação brasileira da indústria do café – ABIC ou selo de pureza da associação brasileira das indústrias da alimentação – ABIA, embalado à vácuo, contendo na embalagem dados de identificação do produto, data de fabricação e validade, registrado no ministério da saúde, atender portaria Nº 451/97-MS, resolução 12/78 da comissão nacional de normas e padrões para alimentos – CNNPA, validade mínima de 1 (um) ano, pacote de 250g.	Pacote	113	R\$ 17,34	R\$ 1.959,42
<b>VALOR TOTAL</b>					<b>R\$ 3.686,94</b>

**- Secretaria da Cultura**

(PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA DE MICROEMPRESA (ME) OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE (EPP)).					
ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
1	Açúcar Cristal Branco, acondicionado em embalagem plástica, transparente, lacrada, contendo as informações pertinentes ao produto, de acordo com a legislação em vigor, Prazo de validade mínimo: 12 meses, apresentação: pacote de 1 kg.	Pacote	132	R\$ 5,68	R\$ 749,76
2	Adoçante dietético líquido CICLAMATO/SACARINA, límpido, transparente, frasco com bico dosador, apresentação: frasco de 100 ml, prazo de validade mínimo: 36 meses.	Frasco	0	R\$ 7,95	R\$ 0,00
3	Adoçante dietético líquido 100% STEVIA, frasco com bico dosador, apresentação: frasco de 80 ml, prazo de validade mínimo: 36 meses.	Frasco	0	R\$ 21,01	R\$ 0,00
<b>(COTA RESERVADA – DIFERENCIADA PARA ME/EPP/COOP (COTA 25%))</b>					
4	Café torrado e moído de primeira qualidade, nível mínimo de qualidade – NMQ * de no mínimo 6,0 (seis vírgula zero) pontos, tipo exportação, selo de pureza da associação brasileira da indústria do café – ABIC ou selo de pureza da associação brasileira das	Pacote	33	R\$ 17,34	R\$ 572,22



	indústrias da alimentação – ABIA, embalado à vácuo, contendo na embalagem dados de identificação do produto, data de fabricação e validade, registrado no ministério da saúde, atender portaria Nº 451/97-MS, resolução 12/78 da comissão nacional de normas e padrões para alimentos – CNNPA, validade mínima de 1 (um) ano, pacote de 250g.				
<b>(COTA PRINCIPAL – AMPLA PARTICIPAÇÃO).</b>					
5	Café torrado e moído de primeira qualidade, nível mínimo de qualidade – NMQ * de no mínimo 6,0 (seis vírgula zero) pontos, tipo exportação, selo de pureza da associação brasileira da indústria do café – ABIC ou selo de pureza da associação brasileira das indústrias da alimentação – ABIA, embalado à vácuo, contendo na embalagem dados de identificação do produto, data de fabricação e validade, registrado no ministério da saúde, atender portaria Nº 451/97-MS, resolução 12/78 da comissão nacional de normas e padrões para alimentos – CNNPA, validade mínima de 1 (um) ano, pacote de 250g.	Pacote	99	R\$ 17,34	R\$ 1.716,66
<b>VALOR TOTAL</b>					<b>R\$ 3.038,64</b>

**- Secretaria de Agricultura, Pesca e Defesa Civil**

<b>(PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA DE MICROEMPRESA (ME) OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE (EPP)).</b>					
ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
1	Açúcar Cristal Branco, acondicionado em embalagem plástica, transparente, lacrada, contendo as informações pertinentes ao produto, de acordo com a legislação em vigor, Prazo de validade mínimo: 12 meses, apresentação: pacote de 1 kg.	Pacote	24	R\$ 5,68	R\$ 136,32
2	Adoçante dietético líquido CICLAMATO/SACARINA, límpido, transparente, frasco com bico dosador, apresentação: frasco de 100 ml, prazo de validade mínimo: 36 meses.	Frasco	2	R\$ 7,95	R\$ 15,90
3	Adoçante dietético líquido 100% STEVIA, frasco com bico dosador, apresentação: frasco de 80 ml, prazo de validade mínimo: 36 meses.	Frasco	2	R\$ 21,01	R\$ 42,02
<b>(COTA RESERVADA – DIFERENCIADA PARA ME/EPP/COOP (COTA 25%))</b>					
4	Café torrado e moído de primeira qualidade, nível mínimo de qualidade – NMQ * de no mínimo 6,0 (seis vírgula zero) pontos, tipo exportação, selo de pureza da associação brasileira da indústria do café – ABIC ou selo de pureza da associação brasileira das indústrias da alimentação – ABIA, embalado à vácuo, contendo na embalagem dados de identificação do produto, data de fabricação e validade, registrado no ministério da saúde, atender portaria Nº 451/97-MS, resolução 12/78 da comissão nacional de normas e padrões para alimentos – CNNPA, validade mínima de 1 (um) ano, pacote de 250g.	Pacote	60	R\$ 17,34	R\$ 1.040,40
<b>(COTA PRINCIPAL – AMPLA PARTICIPAÇÃO).</b>					
5	Café torrado e moído de primeira qualidade, nível mínimo de qualidade – NMQ * de no mínimo 6,0 (seis vírgula zero) pontos, tipo exportação, selo de pureza da associação brasileira da indústria do café – ABIC ou selo de pureza da associação brasileira das indústrias da alimentação – ABIA, embalado à vácuo, contendo na embalagem dados de identificação do produto, data de fabricação e validade, registrado no ministério da saúde, atender portaria Nº 451/97-MS, resolução 12/78 da comissão nacional de normas e padrões para alimentos – CNNPA, validade mínima de 1 (um) ano, pacote de 250g.	Pacote	180	R\$ 17,34	R\$ 3.121,20
<b>VALOR TOTAL</b>					<b>R\$ 4.355,84</b>

**- Secretaria do Meio Ambiente**

<b>(PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA DE MICROEMPRESA (ME) OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE (EPP)).</b>					
ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
1	Açúcar Cristal Branco, acondicionado em embalagem plástica, transparente, lacrada, contendo as informações pertinentes ao produto, de acordo com a legislação em vigor, Prazo de validade mínimo: 12 meses, apresentação: pacote de 1 kg.	Pacote	350	R\$ 5,68	R\$ 1.988,00



2	Adoçante dietético líquido CICLAMATO/SACARINA, límpido, transparente, frasco com bico dosador, apresentação: frasco de 100 ml, prazo de validade mínimo: 36 meses.	Frasco	12	R\$ 7,95	R\$ 95,40
3	Adoçante dietético líquido 100% STEVIA, frasco com bico dosador, apresentação: frasco de 80 ml, prazo de validade mínimo: 36 meses.	Frasco	12	R\$ 21,01	R\$ 252,12
<b>(COTA RESERVADA – DIFERENCIADA PARA ME/EPP/COOP (COTA 25%))</b>					
4	Café torrado e moído de primeira qualidade, nível mínimo de qualidade – NMQ * de no mínimo 6,0 (seis vírgula zero) pontos, tipo exportação, selo de pureza da associação brasileira da indústria do café – ABIC ou selo de pureza da associação brasileira das indústrias da alimentação – ABIA, embalado à vácuo, contendo na embalagem dados de identificação do produto, data de fabricação e validade, registrado no ministério da saúde, atender portaria Nº 451/97-MS, resolução 12/78 da comissão nacional de normas e padrões para alimentos – CNNPA, validade mínima de 1 (um) ano, pacote de 250g.	Pacote	75	R\$ 17,34	R\$ 1 300,50
<b>(COTA PRINCIPAL – AMPLA PARTICIPAÇÃO).</b>					
5	Café torrado e moído de primeira qualidade, nível mínimo de qualidade – NMQ * de no mínimo 6,0 (seis vírgula zero) pontos, tipo exportação, selo de pureza da associação brasileira da indústria do café – ABIC ou selo de pureza da associação brasileira das indústrias da alimentação – ABIA, embalado à vácuo, contendo na embalagem dados de identificação do produto, data de fabricação e validade, registrado no ministério da saúde, atender portaria Nº 451/97-MS, resolução 12/78 da comissão nacional de normas e padrões para alimentos – CNNPA, validade mínima de 1 (um) ano, pacote de 250g.	Pacote	225	R\$ 17,34	R\$ 3 901,50
<b>VALOR TOTAL</b>					<b>R\$ 7.537,52</b>

**- Secretaria de Obras**

<b>(PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA DE MICROEMPRESA (ME) OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE (EPP)).</b>					
ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
1	Açúcar Cristal Branco, acondicionado em embalagem plástica, transparente, lacrada, contendo as informações pertinentes ao produto, de acordo com a legislação em vigor, Prazo de validade mínimo: 12 meses, apresentação: pacote de 1 kg.	Pacote	700	R\$ 5,68	R\$ 3.976,00
2	Adoçante dietético líquido CICLAMATO/SACARINA, límpido, transparente, frasco com bico dosador, apresentação: frasco de 100 ml, prazo de validade mínimo: 36 meses.	Frasco	100	R\$ 7,95	R\$ 795,00
3	Adoçante dietético líquido 100% STEVIA, frasco com bico dosador, apresentação: frasco de 80 ml, prazo de validade mínimo: 36 meses.	Frasco	100	R\$ 21,01	R\$ 2.101,00
<b>(COTA RESERVADA – DIFERENCIADA PARA ME/EPP/COOP (COTA 25%))</b>					
4	Café torrado e moído de primeira qualidade, nível mínimo de qualidade – NMQ * de no mínimo 6,0 (seis vírgula zero) pontos, tipo exportação, selo de pureza da associação brasileira da indústria do café – ABIC ou selo de pureza da associação brasileira das indústrias da alimentação – ABIA, embalado à vácuo, contendo na embalagem dados de identificação do produto, data de fabricação e validade, registrado no ministério da saúde, atender portaria Nº 451/97-MS, resolução 12/78 da comissão nacional de normas e padrões para alimentos – CNNPA, validade mínima de 1 (um) ano, pacote de 250g.	Pacote	200	R\$ 17,34	R\$ 3.468,00
<b>(COTA PRINCIPAL – AMPLA PARTICIPAÇÃO).</b>					
5	Café torrado e moído de primeira qualidade, nível mínimo de qualidade – NMQ * de no mínimo 6,0 (seis vírgula zero) pontos, tipo exportação, selo de pureza da associação brasileira da indústria do café – ABIC ou selo de pureza da associação brasileira das indústrias da alimentação – ABIA, embalado à vácuo, contendo na embalagem dados de identificação do produto, data de fabricação e validade, registrado no ministério da saúde, atender portaria Nº 451/97-MS, resolução 12/78 da comissão nacional de normas e padrões para alimentos – CNNPA, validade mínima de 1 (um) ano, pacote de 250g.	Pacote	600	R\$ 17,34	R\$ 10.404,00
<b>VALOR TOTAL</b>					<b>R\$ 20.744,00</b>

**- Secretaria de Planejamento e Administração**



(PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA DE MICROEMPRESA (ME) OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE (EPP)).					
ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
1	Açúcar Cristal Branco, acondicionado em embalagem plástica, transparente, lacrada, contendo as informações pertinentes ao produto, de acordo com a legislação em vigor, prazo de validade mínimo: 12 meses, apresentação: pacote de 1 kg.	Pacote	50	R\$ 5,68	R\$ 284,00
2	Adoçante dietético líquido CICLAMATO/SACARINA, límpido, transparente, frasco com bico dosador, apresentação: frasco de 100 ml, prazo de validade mínimo: 36 meses.	Frasco	20	R\$ 7,95	R\$ 159,00
3	Adoçante dietético líquido 100% STEVIA, frasco com bico dosador, apresentação: frasco de 80 ml, prazo de validade mínimo: 36 meses.	Frasco	20	R\$ 21,01	R\$ 420,20
<b>(COTA RESERVADA – DIFERENCIADA PARA ME/EPP/COOP (COTA 25%))</b>					
4	Café torrado e moído de primeira qualidade, nível mínimo de qualidade – NMQ * de no mínimo 6,0 (seis vírgula zero) pontos, tipo exportação, selo de pureza da associação brasileira da indústria do café – ABIC ou selo de pureza da associação brasileira das indústrias da alimentação – ABIA, embalado à vácuo, contendo na embalagem dados de identificação do produto, data de fabricação e validade, registrado no ministério da saúde, atender portaria Nº 451/97-MS, resolução 12/78 da comissão nacional de normas e padrões para alimentos – CNNPA, validade mínima de 1 (um) ano, pacote de 250g.	Pacote	125	R\$ 17,34	R\$ 2.167,50
<b>(COTA PRINCIPAL – AMPLA PARTICIPAÇÃO).</b>					
5	Café torrado e moído de primeira qualidade, nível mínimo de qualidade – NMQ * de no mínimo 6,0 (seis vírgula zero) pontos, tipo exportação, selo de pureza da associação brasileira da indústria do café – ABIC ou selo de pureza da associação brasileira das indústrias da alimentação – ABIA, embalado à vácuo, contendo na embalagem dados de identificação do produto, data de fabricação e validade, registrado no ministério da saúde, atender portaria Nº 451/97-MS, resolução 12/78 da comissão nacional de normas e padrões para alimentos – CNNPA, validade mínima de 1 (um) ano, pacote de 250g.	Pacote	375	R\$ 17,34	R\$ 6.502,50
<b>VALOR TOTAL</b>					<b>R\$ 9.533,20</b>

- Secretaria do Desenvolvimento Econômico e Turismo

(PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA DE MICROEMPRESA (ME) OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE (EPP)).					
ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
1	Açúcar Cristal Branco, acondicionado em embalagem plástica, transparente, lacrada, contendo as informações pertinentes ao produto, de acordo com a legislação em vigor, prazo de validade mínimo: 12 meses, apresentação: pacote de 1 kg.	Pacote	350	R\$ 5,68	R\$ 1.988,00
2	Adoçante dietético líquido CICLAMATO/SACARINA, límpido, transparente, frasco com bico dosador, apresentação: frasco de 100 ml, prazo de validade mínimo: 36 meses.	Frasco	2	R\$ 7,95	R\$ 15,90
3	Adoçante dietético líquido 100% STEVIA, frasco com bico dosador, apresentação: frasco de 80 ml, prazo de validade mínimo: 36 meses.	Frasco	5	R\$ 21,01	R\$ 105,05
<b>(COTA RESERVADA – DIFERENCIADA PARA ME/EPP/COOP (COTA 25%))</b>					
4	Café torrado e moído de primeira qualidade, nível mínimo de qualidade – NMQ * de no mínimo 6,0 (seis vírgula zero) pontos, tipo exportação, selo de pureza da associação brasileira da indústria do café – ABIC ou selo de pureza da associação brasileira das indústrias da alimentação – ABIA, embalado à vácuo, contendo na embalagem dados de identificação do produto, data de fabricação e validade, registrado no ministério da saúde, atender portaria Nº 451/97-MS, resolução 12/78 da comissão nacional de normas e padrões para alimentos – CNNPA, validade mínima de 1 (um) ano, pacote de 250g.	Pacote	87	R\$ 17,34	R\$ 1.508,58
<b>(COTA PRINCIPAL – AMPLA PARTICIPAÇÃO).</b>					
5	Café torrado e moído de primeira qualidade, nível mínimo de qualidade – NMQ * de no mínimo 6,0 (seis vírgula zero) pontos, tipo exportação, selo de pureza da associação brasileira da indústria do café – ABIC ou selo de pureza da associação brasileira das indústrias da alimentação – ABIA, embalado à vácuo, contendo na embalagem dados de	Pacote	263	R\$ 17,34	R\$ 4.560,42



identificação do produto, data de fabricação e validade, registrado no ministério da saúde, atender portaria Nº 451/97-MS, resolução 12/78 da comissão nacional de normas e padrões para alimentos – CNNPA, validade mínima de 1 (um) ano, pacote de 250g.				
<b>VALOR TOTAL</b>				<b>R\$ 8.177,95</b>

**- Secretaria de Segurança Pública e Cidadania**

(PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA DE MICROEMPRESA (ME) OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE (EPP)).					
ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
1	Açúcar Cristal Branco, acondicionado em embalagem plástica, transparente, lacrada, contendo as informações pertinentes ao produto, de acordo com a legislação em vigor, Prazo de validade mínimo: 12 meses, apresentação: pacote de 1 kg.	Pacote	156	R\$ 5,68	R\$ 886,08
2	Adoçante dietético líquido CICLAMATO/SACARINA, límpido, transparente, frasco com bico dosador, apresentação: frasco de 100 ml, prazo de validade mínimo: 36 meses.	Frasco	50	R\$ 7,95	R\$ 397,50
3	Adoçante dietético líquido 100% STEVIA, frasco com bico dosador, apresentação: frasco de 80 ml, prazo de validade mínimo: 36 meses.	Frasco	50	R\$ 21,01	R\$ 1.050,50
(COTA RESERVADA – DIFERENCIADA PARA ME/EPP/COOP (COTA 25%))					
4	Café torrado e moído de primeira qualidade, nível mínimo de qualidade – NMQ * de no mínimo 6,0 (seis vírgula zero) pontos, tipo exportação, selo de pureza da associação brasileira da indústria do café – ABIC ou selo de pureza da associação brasileira das indústrias da alimentação – ABIA, embalado à vácuo, contendo na embalagem dados de identificação do produto, data de fabricação e validade, registrado no ministério da saúde, atender portaria Nº 451/97-MS, resolução 12/78 da comissão nacional de normas e padrões para alimentos – CNNPA, validade mínima de 1 (um) ano, pacote de 250g.	Pacote	62	R\$ 17,34	R\$ 1.075,08
(COTA PRINCIPAL – AMPLA PARTICIPAÇÃO).					
5	Café torrado e moído de primeira qualidade, nível mínimo de qualidade – NMQ * de no mínimo 6,0 (seis vírgula zero) pontos, tipo exportação, selo de pureza da associação brasileira da indústria do café – ABIC ou selo de pureza da associação brasileira das indústrias da alimentação – ABIA, embalado à vácuo, contendo na embalagem dados de identificação do produto, data de fabricação e validade, registrado no ministério da saúde, atender portaria Nº 451/97-MS, resolução 12/78 da comissão nacional de normas e padrões para alimentos – CNNPA, validade mínima de 1 (um) ano, pacote de 250g.	Pacote	188	R\$ 17,34	R\$ 3.259,92
<b>VALOR TOTAL</b>					<b>R\$ 6.669,08</b>

**- Secretaria de Educação**

(PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA DE MICROEMPRESA (ME) OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE (EPP)).					
ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
1	Açúcar Cristal Branco, acondicionado em embalagem plástica, transparente, lacrada, contendo as informações pertinentes ao produto, de acordo com a legislação em vigor, Prazo de validade mínimo: 12 meses, apresentação: pacote de 1 kg.	Pacote	2.000	R\$ 5,68	R\$ 11.360,00
2	Adoçante dietético líquido CICLAMATO/SACARINA, límpido, transparente, frasco com bico dosador, apresentação: frasco de 100 ml, prazo de validade mínimo: 36 meses.	Frasco	100	R\$ 7,95	R\$ 795,00
3	Adoçante dietético líquido 100% STEVIA, frasco com bico dosador, apresentação: frasco de 80 ml, prazo de validade mínimo: 36 meses.	Frasco	150	R\$ 21,01	R\$ 3.151,50
(COTA RESERVADA – DIFERENCIADA PARA ME/EPP/COOP (COTA 25%))					
4	Café torrado e moído de primeira qualidade, nível mínimo de qualidade – NMQ * de no mínimo 6,0 (seis vírgula zero) pontos, tipo exportação, selo de pureza da associação brasileira da indústria do café – ABIC ou selo de pureza da associação brasileira das indústrias da alimentação – ABIA, embalado à vácuo, contendo na embalagem dados de identificação do produto, data de fabricação e validade, registrado no ministério da saúde,	Pacote	1.000	R\$ 17,34	R\$ 17.340,00



atender portaria Nº 451/97-MS, resolução 12/78 da comissão nacional de normas e padrões para alimentos – CNNPA, validade mínima de 1 (um) ano, pacote de 250g.					
<b>(COTA PRINCIPAL – AMPLA PARTICIPAÇÃO).</b>					
5	Café torrado e moído de primeira qualidade, nível mínimo de qualidade – NMQ * de no mínimo 6,0 (seis vírgula zero) pontos, tipo exportação, selo de pureza da associação brasileira da indústria do café – ABIC ou selo de pureza da associação brasileira das indústrias da alimentação – ABIA, embalado à vácuo, contendo na embalagem dados de identificação do produto, data de fabricação e validade, registrado no ministério da saúde, atender portaria Nº 451/97-MS, resolução 12/78 da comissão nacional de normas e padrões para alimentos – CNNPA, validade mínima de 1 (um) ano, pacote de 250g.	Pacote	3.000	R\$ 17,34	R\$ 52.020,00
<b>VALOR TOTAL</b>					<b>R\$ 84.666,50</b>

**QUANTITATIVO TOTAL**

<b>(PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA DE MICROEMPRESA (ME) OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE (EPP)).</b>					
ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
1	Açúcar Cristal Branco, acondicionado em embalagem plástica, transparente, lacrada, contendo as informações pertinentes ao produto, de acordo com a legislação em vigor, Prazo de validade mínimo: 12 meses, apresentação: pacote de 1 kg.	Pacote	7.406	R\$ 5,68	R\$ 42.066,08
2	Adoçante dietético líquido CICLAMATO/SACARINA, límpido, transparente, frasco com bico dosador, apresentação: frasco de 100 ml, prazo de validade mínimo: 36 meses.	Frasco	688	R\$ 7,95	R\$ 5.469,60
3	Adoçante dietético líquido 100% STEVIA, frasco com bico dosador, apresentação: frasco de 80 ml, prazo de validade mínimo: 36 meses.	Frasco	751	R\$ 21,01	R\$ 15.778,51
<b>(COTA RESERVADA – DIFERENCIADA PARA ME/EPP/COOP (COTA 25%))</b>					
4	Café torrado e moído de primeira qualidade, nível mínimo de qualidade – NMQ * de no mínimo 6,0 (seis vírgula zero) pontos, tipo exportação, selo de pureza da associação brasileira da indústria do café – ABIC ou selo de pureza da associação brasileira das indústrias da alimentação – ABIA, embalado à vácuo, contendo na embalagem dados de identificação do produto, data de fabricação e validade, registrado no ministério da saúde, atender portaria Nº 451/97-MS, resolução 12/78 da comissão nacional de normas e padrões para alimentos – CNNPA, validade mínima de 1 (um) ano, pacote de 250g.	Pacote	3.004	R\$ 17,34	R\$ 52.089,36
<b>(COTA PRINCIPAL – AMPLA PARTICIPAÇÃO).</b>					
5	Café torrado e moído de primeira qualidade, nível mínimo de qualidade – NMQ * de no mínimo 6,0 (seis vírgula zero) pontos, tipo exportação, selo de pureza da associação brasileira da indústria do café – ABIC ou selo de pureza da associação brasileira das indústrias da alimentação – ABIA, embalado à vácuo, contendo na embalagem dados de identificação do produto, data de fabricação e validade, registrado no ministério da saúde, atender portaria Nº 451/97-MS, resolução 12/78 da comissão nacional de normas e padrões para alimentos – CNNPA, validade mínima de 1 (um) ano, pacote de 250g.	Pacote	9.018	R\$ 17,34	R\$ 156.372,12
<b>VALOR TOTAL ESTIMADO PARA A LICITAÇÃO</b>					<b>R\$ 271.775,67</b>

9.2. Para o Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações (art. 25 do Decreto nº 11.462/2023):

9.2.1. em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

*[Handwritten signatures and initials]*



PREFEITURA DE  
**Cascavel**  
CE 777



Agora cuidando de você.

9.2.2. em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

9.2.3. serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou

9.2.4. poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

## 10. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

10.1. Em atendimento ao § 3º do art. 86, da Lei nº 14.133 de 1º de abril de 2021, será permitida a adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública, permitindo a ampliação do acesso às condições contratuais vantajosas já negociadas, em conformidade com as disposições legais vigentes.

10.1.1. A adesão à ata de registro de preços configura uma estratégia administrativa que visa ampliar a eficiência e promover a economicidade nas contratações públicas. Esta decisão está alinhada com os princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência que regem a Administração Pública, conforme estabelecido pela Constituição Federal e reiterado pelos Acórdãos 224/2020, 2736/2023 e 2822/2021 do Tribunal de Contas da União (TCU).

A opção pela adesão não é meramente procedimental, mas uma escolha estratégica que requer uma justificação clara e robusta. Nesse sentido, a adesão deve ser precedida por uma análise criteriosa do mercado e uma avaliação das vantagens econômicas, garantindo que as condições obtidas através do registro de preços sejam, de fato, as mais vantajosas para a Administração Pública. Esta análise deve considerar não apenas os custos diretos, mas também os benefícios de longo prazo, como a redução de tempo e recursos despendidos em múltiplas licitações.

Além disso, a adesão deve estar em harmonia com os objetivos estratégicos do órgão ou entidade, contribuindo para a otimização de recursos e a melhoria da qualidade dos serviços prestados ao cidadão. A transparência do processo é fundamental e deve ser assegurada pela divulgação de todos os atos, garantindo que a adesão à ata de registro de preços ocorra de forma aberta e acessível a todos os interessados.

Em conformidade com os precedentes do TCU, a inclusão de cláusula de adesão no edital deve ser motivada de forma explícita, detalhando como essa escolha se alinha à busca pela eficiência administrativa e quais benefícios específicos são esperados. Tal motivação reforça o compromisso com a gestão fiscal responsável e com a obtenção de valor para o dinheiro público. Portanto, a adesão à ata de registro de preços, quando bem fundamentada e justificada, representa uma prática alinhada à busca constante pela eficiência na



Administração Pública, proporcionando economia, agilidade e qualidade na contratação de bens e serviços, sempre em prol do interesse público.

## 11. DA DISPONIBILIDADE ORÇAMENTÁRIA

11.1. A indicação da disponibilidade de créditos orçamentários somente será exigida para a formalização do contrato ou de outro instrumento hábil.

11.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

## 12. DAS SANÇÕES

12.1. Será considerado infração administrativa, quaisquer das infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, garantida e prévia e ampla defesa.

12.2. O fornecedor que cometer quaisquer das infrações discriminadas no item anterior ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

- a) Advertência, pela infração do inciso I do citado artigo 155, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- b) Multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do fornecedor, por qualquer infração dos incisos I ao XII do referido art. 155;
- c) Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos incisos II ao VII do citado artigo 155 deste documento, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos incisos VIII ao XII do referido artigo 155, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave.

12.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

- 12.3.1. A natureza e a gravidade da infração cometida.
- 12.3.2. As peculiaridades do caso concreto.
- 12.3.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes.
- 12.3.4. Os danos que dela provierem para a Administração Pública.
- 12.3.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.



PREFEITURA DE  
**Cascavel**  
CE 2017



Agora cuidando de você.

12.4. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao FORNECEDOR, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

12.5. A aplicação das sanções previstas neste documento, não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

12.6. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

### 13. DA APROVAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA

13.1. Este Termo de Referência foi elaborado pela Equipe de Planejamento das Contratações Administrativa e aprovada pela Secretaria da Fazenda; Gabinete da Prefeita; Secretaria de Saúde; Secretaria do Desporto e da Juventude; Secretaria da Cultura; Secretaria de Agricultura, Pesca e Defesa Civil; Secretaria do Meio Ambiente; Secretaria de Obras; Secretaria de Planejamento e Administração; Secretaria do Desenvolvimento Econômico e Turismo; Secretaria de Segurança Pública e Cidadania; Secretaria de Educação do Município de Cascavel/CE visando atender as exigências legais para a abertura de processo licitatório na modalidade Pregão na forma Eletrônica, objetivando o registro de preço para futura e eventual aquisições de gêneros alimentícios (Café, Açúcar e Adoçantes) para atender as necessidades das diversas Secretarias do Município de Cascavel/CE, constando todas as condições necessárias e suficientes, ficando proibido por este termo exigir cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam, ou frustrem o caráter competitivo e estabeleçam preferências ou destinações em razão de naturalidade da contratada ou de qualquer outra circunstância impertinente ou irrelevante para sua especificação, conforme disposto da Lei Federal nº 14.133/21, e suas alterações.

Cascavel/CE, 21 de março de 2025.

Francisca Ivonele Xavier Santana

Membro da Equipe de Planejamento

Portaria nº 02.01.037/2025

Janielle Freitas Fernandes

Membro da Equipe de Planejamento

Portaria nº 02.01.037/2025

João Paulo Abreu Patrício  
Secretário da Fazenda

Adriana Nascimento De Amorim

Membro da Equipe de Planejamento

Portaria nº 02.01.037/2025

Renan Lima Ribeiro

Chefe do Gabinete da Prefeita



PREFEITURA DE  
**Cascavel**  
CE 777



Agora cuidando de você.

*Elaine Cardoso Abintes*  
Elaine Cardoso Abintes  
Secretária de Saúde

*Eleonardo Silva de Souza*  
Eleonardo Silva de Souza  
Secretário da Cultura

*Ednaldo Lima*  
Ednaldo Lima  
Secretário do Meio Ambiente

*Carlos Octávio Raupp Bessa*  
Carlos Octávio Raupp Bessa  
Secretário de Planejamento e Administração

*Luis Sergio de Sousa Lemos*  
Luis Sergio de Sousa Lemos  
Secretário de Segurança Pública e Cidadania

*Luciédson Freitas da Silva*  
Luciédson Freitas da Silva  
Secretário do Desporto e da Juventude

*Francisco André Faustino Monteiro*  
Francisco André Faustino Monteiro  
Secretário de Agricultura, Pesca e Defesa Civil

*Giovani de Castro Ramos*  
Giovani de Castro Ramos  
Secretário de Obras

*Lauro Paiva Cardoso Júnior*  
Lauro Paiva Cardoso Júnior  
Secretário do Desenvolvimento Econômico e Turismo

*Jose Ribamar Ferreira Júnior*  
Jose Ribamar Ferreira Júnior  
Secretário de Educação



PREFEITURA DE  
**Cascavel**  
CEARA



Agora cuidando de você.

**ANEXO II**  
**MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

*W*



PREFEITURA DE  
**Cascavel**  
CE 100



Agora cuidando de você.

## MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

**OBJETO:** Registro de Preço para futura e eventual aquisições de gêneros alimentícios (Café, Açúcar e Adoçantes) para atender as necessidades das diversas Secretarias do Município de Cascavel/CE.



**MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

N.º \_\_\_\_\_

O **MUNICÍPIO DE CASCAVEL/CE**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Av.: Chanceler Edson Queiroz, nº 2650. CEP: 62.850-000. Rio Novo – Cascavel, Estado do Ceará, inscrito no CNPJ sob o nº 07.589.369/0001-20 por intermédio do(a) Secretaria de \_\_\_\_\_, neste ato representado(a) pelo(a) Ordenador(a) de Despesas \_\_\_\_\_, nomeado(a) pela Portaria nº \_\_\_\_\_, de \_\_\_ de \_\_\_ de 20\_\_\_, portador da Matrícula Funcional nº \_\_\_\_\_, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, autuado sob o nº \_\_\_\_\_, tendo como objeto o \_\_\_\_\_, publicada no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) no dia \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_ bem como no site da Prefeitura Municipal de Cascavel/CE no dia \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_, decorrente do processo administrativo n.º \_\_\_\_\_, **RESOLVE** registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto Municipal n.º 011, de 17 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

**1. DO OBJETO**

1.1. A presente Ata tem por objeto o \_\_\_\_\_, especificado(s) no(s) Termo de Referência, anexo do Edital de Licitação nº \_\_\_\_\_, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

**2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS**

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

FORNECEDOR: _____ inscrito no CNPJ sob o nº _____.							
ENDEREÇO: _____ Nº _____, BAIRRO: _____, CEP: _____, CIDADE: _____, ESTADO: _____.							
REPRESENTANTE LEGAL: _____ CPF: _____, RG: _____.							
TELEFONE: _____, EMAIL: _____.							
ITEM DO TR	DESCRIÇÃO / ESPECIFICAÇÃO	MARCA	UNID.	QUANT. MÁXIMA	QUANT. MÍNIMA	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL

*Handwritten signatures and initials*



PREFEITURA DE  
**Cascavel**  
CE 73



Agora cuidando de você.


2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

**3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)**

3.1. O órgão gerenciador será o(a) \_\_\_\_\_.

3.2. Além do gerenciador, não há [ou] são órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços:

ÓRGÃO GERENCIADOR: \_\_\_\_\_

FORNECEDOR: \_\_\_\_\_ inscrito no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_

ENDEREÇO: \_\_\_\_\_ Nº \_\_\_\_\_, BAIRRO: \_\_\_\_\_, CEP: \_\_\_\_\_, CIDADE: \_\_\_\_\_, ESTADO: \_\_\_\_\_

REPRESENTANTE LEGAL: \_\_\_\_\_ CPF: \_\_\_\_\_ RG: \_\_\_\_\_

TELEFONE: \_\_\_\_\_ EMAIL: \_\_\_\_\_

ITEM DO TR	DESCRIÇÃO / ESPECIFICAÇÃO	MARCA	UNID.	QUANT. MÁXIMA	QUANT. MÍNIMA	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL

ÓRGÃO PARTICIPANTE: \_\_\_\_\_

FORNECEDOR: \_\_\_\_\_ inscrito no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_

ENDEREÇO: \_\_\_\_\_ Nº \_\_\_\_\_, BAIRRO: \_\_\_\_\_, CEP: \_\_\_\_\_, CIDADE: \_\_\_\_\_, ESTADO: \_\_\_\_\_

REPRESENTANTE LEGAL: \_\_\_\_\_ CPF: \_\_\_\_\_ RG: \_\_\_\_\_

TELEFONE: \_\_\_\_\_ EMAIL: \_\_\_\_\_

ITEM DO TR	DESCRIÇÃO / ESPECIFICAÇÃO	MARCA	UNID.	QUANT. MÁXIMA	QUANT. MÍNIMA	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL

*Handwritten signatures and initials*




#### 4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

- 4.1.1. apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;
- 4.1.2. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e
- 4.1.3. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

4.2. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

4.2.1. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

4.3. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

4.4. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

4.5. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.

##### Dos limites para as adesões

4.6. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

*Handwritten signatures and initials*



4.7. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

4.8. Para aquisição emergencial de medicamentos e material de consumo médico-hospitalar por órgãos e entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal, a adesão à ata de registro de preços gerenciada pelo Ministério da Saúde não estará sujeita ao limite previsto no item 4.6.

4.9. A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 4.6, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.

#### Vedação a acréscimo de quantitativos

4.10. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

### **5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA**

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.1.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.



5.4. Após a homologação da licitação, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital ou no aviso de contratação direta e se obrigar nos limites dela;

5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

5.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

5.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.

5.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

5.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

5.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e

5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.

5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.9. Após a homologação da licitação, o licitante mais bem classificado, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

*[Handwritten signature and initials]*



5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital, e observado o disposto no item 5.7, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

5.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

5.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

## 6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.1.3. Na hipótese de previsão no edital de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

Handwritten signatures and initials: T, g, AX, W



- 6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;
- 6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

## 7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciar negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

*Handwritten signature and initials*



7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

## 8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

8.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

8.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

8.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

8.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

8.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no parágrafo 4º e 5º do art. 86 da Lei Federal nº 14.133/21.

8.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

8.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

8.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

*fca*



## 9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado; ou

9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

9.4.1. Por razão de interesse público;

9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado.

## 10. DAS PENALIDADES

10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.

10.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

W  
F E AA



10.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço, exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade.

10.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

### 11. CONDIÇÕES GERAIS

11.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo ao edital.

11.2. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 2 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).

Cascavel/CE, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_.

### SIGNATÁRIOS:

ÓRGÃO GERENCIADOR	NOME DO ORDENADOR DE DESPESAS	ASSINATURA

DETENTOR (A) DO REGISTRO DE PREÇOS	NOME DO (A) REPRESENTANTE	ASSINATURA

*Handwritten signatures and initials*



PREFEITURA DE  
**Cascavel**  
CE 7374



Agora cuidando de você.

**ANEXO**

**CADASTRO RESERVA**

Segundo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que aceitaram cotar os itens com preços iguais ao adjudicatário:

FORNECEDOR: \_\_\_\_\_ inscrito no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_  
 ENDEREÇO: \_\_\_\_\_ Nº \_\_\_\_\_, BAIRRO: \_\_\_\_\_, CEP: \_\_\_\_\_, CIDADE: \_\_\_\_\_, ESTADO: \_\_\_\_\_  
 REPRESENTANTE LEGAL: \_\_\_\_\_ CPF: \_\_\_\_\_ RG: \_\_\_\_\_  
 TELEFONE: \_\_\_\_\_ EMAIL: \_\_\_\_\_

ITEM DO TR	DESCRIÇÃO / ESPECIFICAÇÃO	MARCA	UNID.	QUANT. MÁXIMA	QUANT. MÍNIMA	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL

Segundo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original:

FORNECEDOR: \_\_\_\_\_ inscrito no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_  
 ENDEREÇO: \_\_\_\_\_ Nº \_\_\_\_\_, BAIRRO: \_\_\_\_\_, CEP: \_\_\_\_\_, CIDADE: \_\_\_\_\_, ESTADO: \_\_\_\_\_  
 REPRESENTANTE LEGAL: \_\_\_\_\_ CPF: \_\_\_\_\_ RG: \_\_\_\_\_  
 TELEFONE: \_\_\_\_\_ EMAIL: \_\_\_\_\_

ITEM DO TR	DESCRIÇÃO / ESPECIFICAÇÃO	MARCA	UNID.	QUANT. MÁXIMA	QUANT. MÍNIMA	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL

Cascavel/CE, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_.

ÓRGÃO GERENCIADOR	NOME DO ORDENADOR DE DESPESAS	ASSINATURA

*Handwritten signatures and initials*



**ANEXO III**  
**MINUTA DO TERMO DE CONTRATO**

*lv*



PREFEITURA DE  
**Cascavel**  
CE 71.115



Agora cuidando de você.

## MINUTA DE CONTRATO

**OBJETO:** Registro de Preço para futura e eventual aquisições de gêneros alimentícios (Café, Açúcar e Adoçantes) para atender as necessidades das diversas Secretarias do Município de Cascavel/CE.

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten mark]*



### MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº \_\_\_\_\_, QUE FAZEM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE CASCAVEL/CE, POR INTERMÉDIO DO (A) SECRETARIA DE \_\_\_\_\_ E \_\_\_\_\_.

O MUNICÍPIO DE CASCAVEL/CE, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Av.: Chanceler Edson Queiroz, nº 2650. CEP: 62.850-000. Rio Novo – Cascavel, Estado do Ceará, inscrito no CNPJ sob o nº 07.589.369/0001-20, por intermédio do(a) Secretaria de \_\_\_\_\_, neste ato representado(a) pelo(a) Ordenador(a) de Despesas o(a) Sr(a) \_\_\_\_\_, nomeado(a) pela Portaria nº \_\_\_\_\_, de \_\_ de \_\_\_\_ de 2025, portador da Matrícula Funcional nº \_\_\_\_\_, doravante denominado **CONTRATANTE**, e o(a) empresa \_\_\_\_\_, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº \_\_\_\_\_, sediado(a) na \_\_\_\_\_, nº \_\_\_\_\_. Bairro: \_\_\_\_\_. CEP: \_\_\_\_\_, telefone (\_\_\_\_) \_\_\_\_\_, em \_\_\_\_\_, Estado do \_\_\_\_\_, doravante designado **CONTRATADO**, neste ato representada pelo(a) Sr.(a). \_\_\_\_\_ portador da Cédula de Identidade nº \_\_\_\_\_ expedida pela(o) \_\_\_\_\_ e CPF nº \_\_\_\_\_, conforme atos constitutivos da empresa OU procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no Processo nº \_\_\_\_\_ e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico n. \_\_\_\_/\_\_\_\_, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

#### 1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)

1.1. O objeto do presente instrumento é a \_\_\_\_\_, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

ITEM	DESCRIÇÃO / ESPECIFICAÇÃO	UNID.	MARCA	QUANT.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.3.1. O Termo de Referência;
- 1.3.2. O Edital da Licitação;
- 1.3.3. A Proposta do contratado;
- 1.3.4. A ata de Registro de Preços nº \_\_\_\_\_.
- 1.3.5. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

*[Handwritten signatures and initials]*



## 2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados do(a) data de assinatura do contrato, prorrogável por até 10 (dez) anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.1.1. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado.

2.2. O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.3. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

2.4. O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

## 3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

## 4. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

## 5. CLÁUSULA QUINTA – PREÇO (art. 92, V)

5.1. O valor total da contratação é de R\$ \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_).

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

*Handwritten signature and initials*



## 6. CLÁUSULA SEXTA – PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

## 7. CLÁUSULA SÉTIMA – REAJUSTE (art. 92, V)

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em \_\_/\_\_/\_\_.

7.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IPCA – E, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

## 8. CLÁUSULA OITAVA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

8.1. São obrigações do Contratante:

8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

te  
AA  
W



PREFEITURA DE  
**Cascavel**  
CE 77000



Agora cuidando de você.

- 8.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- 8.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
- 8.1.5. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.
- 8.1.6. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;
- 8.1.7. Cientificar a Procuradoria Geral do Município para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
- 8.1.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
- 8.1.9. A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
- 8.1.10. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias.
- 8.1.11. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.
- 8.1.12. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

#### **9. CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)**

9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.1.1. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

W  
TE  
SA



PREFEITURA DE  
**Cascavel**  
CE 2011



Agora cuidando de você.

- 9.1.2. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 9.1.3. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- 9.1.4. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 9.1.5. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 9.1.6. O contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
- 9.1.7. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;
- 9.1.8. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.
- 9.1.9. Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 9.1.10. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;
- 9.1.11. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);

W  
[Handwritten signature]



9.1.12. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021);

9.1.13. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.1.14. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.15. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;

9.1.16. Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

9.1.17. Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato;

9.1.18. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

9.1.19. Submeter previamente, por escrito, ao contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

9.1.20. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

## 10. CLÁUSULA DÉCIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII)

10.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

## 11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

W  
F



11.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- I) Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- II) Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- III) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

IV) Multa:

- (1) Moratória de 0,5% (cinco décimo por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 60 (sessenta) dias;
- (2) Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 12.1, de 30% (trinta por cento) do valor do Contrato.
- (3) Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do subitem 12.1, de 20% (vinte por cento) do valor do Contrato.
- (4) Para infração descrita na alínea “b” do subitem 12.1, a multa será de 10% (dez por cento) do valor do Contrato.
- (5) Para infrações descritas na alínea “d” do subitem 12.1, a multa será de 5% (cinco por cento) do valor do Contrato.
- (6) Para a infração descrita na alínea “a” do subitem 12.1, a multa será de 3% (três por cento) do valor do Contrato.

11.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021).

FEA



11.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

11.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.6. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

11.8. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

*[Handwritten signature]*



11.9. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021)

11.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

## 12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

12.1. O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

12.2. O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o contratante, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

12.3. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

12.4. Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

12.5. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.5.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

12.5.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

12.5.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.6. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

12.6.1.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;



12.6.1.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.6.1.3. Indenizações e multas.

12.7. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

12.8. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

### 13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

13.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Município de Cascavel/CE deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

I. Gestão/Unidade:

II. Programa de Trabalho:

III. Elemento de Despesa:

IV. Subelemento de Despesa:

V. Fonte de Recursos:

13.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

### 14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

14.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

### 15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.



PREFEITURA DE  
**Cascavel**  
CE



Agora cuidando de você.

15.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

15.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

#### 16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

16.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

#### 17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – FORO (art. 92, §1º)

17.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Cascavel/CE para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

Cascavel/CE, \_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_.

\_\_\_\_\_  
CONTRATANTE

\_\_\_\_\_  
CONTRATADA

#### TESTEMUNHAS:

1. \_\_\_\_\_  
CPF:

2. \_\_\_\_\_  
CPF:

*(Handwritten signatures)*



**ANEXO IV**  
**DECLARAÇÃO RELATIVA AO TRABALHO DE EMPREGADO MENOR**

Ao(a) Pregoeiro(a) e Equipe de Apoio  
Pregão Eletrônico nº \_\_\_\_\_/2025

A Empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob o n. \_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal, Sr(a) \_\_\_\_\_, portador(a) da Carteira de Identidade n. \_\_\_\_\_, expedida pela SSP/\_\_\_ e do CPF n. \_\_\_\_\_, **DECLARA**, para fins do disposto no artigo 7º, XXXIII, da CF, que não emprega em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, menores de dezoito anos e, em qualquer trabalho, menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos.

\_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2025.

\_\_\_\_\_  
Nome e número da identidade do declarante  
(Representante Legal da Empresa)  
Carimbo CNPJ

COU



**ANEXO V**  
**MODELO DE CARTA PROPOSTA**



Ao(a) Pregoeiro(a) e Equipe de Apoio  
Pregão Eletrônico nº \_\_\_\_\_/2025

Pelo presente instrumento, vimos apresentar nossa proposta de preços relativa ao objeto desta licitação, bem como as informações, condições da proposta exigidas no Edital do Pregão Eletrônico acima citado.

**1. Identificação do Licitante:**

Razão Social: \_\_\_\_\_  
CNPJ: \_\_\_\_\_  
Endereço completo: \_\_\_\_\_  
Telefone: \_\_\_\_\_  
E-mail: \_\_\_\_\_  
Banco, Agência e nº da conta corrente: \_\_\_\_\_

**2. Dados do Representante Legal:**

Nome: \_\_\_\_\_  
Identidade nº.: \_\_\_\_\_  
CPF nº \_\_\_\_\_  
Telefone: \_\_\_\_\_  
E-mail: \_\_\_\_\_

**3. Condições Gerais da Proposta:**

A presente proposta é válida por 60 (sessenta) dias contados da data de sua apresentação.

**4. Proposta de Preços:**

LOTE / ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	MARCA	QUANT.	VALOR TOTAL

Valor Global: R\$ \_\_\_\_\_.

Valor Global da Proposta por Extenso: \_\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2025.

\_\_\_\_\_  
Nome e número da identidade do declarante  
(Representante Legal da Empresa)  
Carimbo CNPJ

*lv*